



Ministério da Educação
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

VERSIONAMENTO

VERSÕES	DESCRIÇÃO	DATA
1.0	Primeira versão consolidada pela Gerência de Projetos, Aquisições e Contratos de TIC	27/06/2022
1.1	Segunda versão consolidada pela Gerência de Projetos, Aquisições e Contratos de TIC	11/07/2022
1.2	Terceira versão consolidada pela Gerência de Projetos, Aquisições e Contratos de TIC	05/08/2022
1.3	Quarta versão consolidada pela Gerência de Projetos, Aquisições e Contratos de TIC	28/09/2022
1.4	Quinta versão consolidada pela Gerência de Projetos, Aquisições e Contratos de TIC	14/10/2022
1.5	Sexta versão consolidada pela Gerência de Projetos, Aquisições e Contratos de TIC	28/11/2022
1.6	Sétima Sexta versão consolidada pela Gerência de Projetos, Aquisições e Contratos de TIC	31/01/2023

Termo de Referência

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de subscrições do software **IBM Sterling Connect Direct** (Partnumber E0BXLLL) e serviços agregados com suporte técnico e consultoria, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O Ministério da Educação (MEC) disponibiliza para a população brasileira mais de 300 sistemas hospedados em seu Centro de Dados (datacenter), incluindo sistemas de alta criticidade e visibilidade, como: SISU, PROUNI e FIES.

O MEC é demandado por uma agenda social de 12 (doze) meses durante o ano, o qual utiliza os vários sistemas do órgão no intuito de atender aos milhões de alunos cadastrados nos referidos sistemas educacionais.

Neste contexto, a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação cumpre papel importante e necessário para a disponibilização dos sistemas supramencionados, visto seu papel de provedor de políticas educacionais essa Subsecretaria necessita avaliar internamente com cronogramas previamente programados quaisquer intervenções em suas aplicações e ambiente de TI para que não haja qualquer interrupção no funcionamento dos sistemas educacionais.

Desde o ano de 2010 o MEC utiliza o software IBM Sterling Connect Direct como canal de comunicação seguro para transferência de arquivos entre esse Ministério e as Instituições Financeiras (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) que atendem às demandas de financiamento do programa FIES, portanto, essa contratação também visa preservar os investimentos já realizados no uso dessas licenças e dar continuidade ao serviço de transferência automática e gerenciada de arquivos, de forma segura, ágil, confiável e íntegra das informações transmitidas.

Anteriormente o MEC possuía o contrato nº 09/2021, o qual teve como escopo o restabelecimento/reinstalação das subscrições, suporte técnico e consultoria para o software IBM Sterling Connect Direct, cuja vigência contratual expirou no dia 30/04/2022, e não houve a possibilidade de prorrogação, visto que parte dos serviços que compõem o Item 1 - IBM Sterling Connect Direct Premium Edition Processor Value Unit (PVU) SW Subscription & Support Reinstatement 12 Months – Part Number DOJ2MLL, não fazem parte de uma eventual renovação. Com relação ao item 2 - Serviço Eventual de Consultoria e Mentoring, devido estar vinculado ao item 1, tornou-se inoportuna e inviável sua renovação.

Nesse contexto, visando garantir o correto funcionamento e manutenção do serviço de transferência de arquivos entre o FIES e as instituições bancárias e devido à impossibilidade de prorrogação do atual contrato, faz-se necessário a aquisição de subscrição do software IBM Connect, com respectivo serviço de suporte técnico e consultoria.

O MEC não pode abster-se das categorias suporte técnico e consultoria, visto que esses serviços têm papel importante e fundamental à continuidade e segurança dos processos internos do Programa de Financiamento Estudantil – FIES, em caso de eventuais incidentes, atualização de patches de segurança entre outros.



Ministério da Educação
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

3. Descrição da solução

Trata-se de demanda da Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação - CGIS, com vistas à contratação de subscrição do software IBM Sterling Connect Direct, com suporte técnico e consultoria, em atendimento das necessidades e demandas de TIC do MEC, conforme detalhado no Documento de Oficialização da Demanda (SEI nº 3002222), processo 23000.031272/2021-90. A Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) foi instituída pela Portaria Nº 46, DE 7 DE JULHO DE 2022 (SEI nº 3427444), não sendo verificada a acumulação de papéis e nem a participação da autoridade de TIC em sua composição.

A estimativa do volume de bens e/ou serviços da demanda está detalhado conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	CATSER	CNAE	UNIDADE
1	Pacote com 210 licenças do software IBM Sterling Connect:Direct Premium Edition Processor Value Unit (PVU) Annual SW Subscription & Support Renewal, Partnumber E0BXLLL, incluindo serviços agregados de suporte técnico e 10 (dez) horas de consultoria especializada, pelo período de 12 (doze) meses.	1	27502	6203-1/00	Unidade (anual)

4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1 Dos serviços de licenças e de suporte técnico do software:

O produto deve ser oferecido com base em licenças válidas por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos até o limite de 36 (trinta e seis) meses.

A atualização de Versão de Licenças de Software compreenderá o serviço de reinstalação da licença em Máquina Virtual com processador com 3vCpus e com 8GB com o fornecimento de atualização de programas, upgrades para novas versões e patches de manutenção desenvolvidos das licenças de uso dos softwares.

A solução de propriedade do MEC contemplará a transferência de arquivos, com capacidade para a programação das transferências, assim como monitoramento e gerenciamento de todo o processo. Com isso, pelo controle centralizado, ou seja, através de um único ponto, é capaz de realizar o gerenciamento de todos os servidores de transmissão/recepção cadastrados no sistema, sejam eles locais ou remotos, além de:

- Transferência de arquivos com garantia de entrega e de integridade;
- Escalável nas plataformas Windows, Linux, Unix e em plataforma de grande porte;
- Não impor limitação de tamanho de arquivo, seja máximo ou mínimo;
- Segmentar e reconstruir automaticamente arquivos;
- Transferir dados entre ambientes remotos com arquiteturas heterogêneas;
- Suportar transferência a qualquer tipo ou extensão de arquivos;
- Determinar ponto de parada em transferências, com inclusão de funcionalidades tipo "CheckPoint/Restart";
- Proporcionar tentativas automáticas programáveis, com funcionalidade do tipo "Retry";
- Possuir suporte a automação por "scripts";
- Possuir notificações automatizadas, através de alertas, para sucesso e/ou falhas nas transmissões;
- Integração com ferramentas de agendamento;
- Transmissão e recebimento de arquivos de forma síncrona e/ou assíncrona;
- Execução de gatilhos automáticos de processos, disparados por determinados eventos;
- Seleção de destinatário individual ou por grupo;
- Execução de processos simultâneos de forma concorrente;
- Verificação de tamanho de arquivo e disponibilidade de espaço em disco antes do início da transmissão;
- Operação em ambiente com arquitetura que preveem redundância (alta disponibilidade), suportando clustering e através do conceito do hot stand-by, garantir a continuidade da aplicação;
- Garantia da continuidade da aplicação, fornecendo licenças que suportem a redundância automática do sistema;
- Atender e permitir a integração com a solução de transferência de arquivos da Instituição Financeira, o Connect Direct, para garantir a interoperabilidade entre MEC e a mesma;
- Possuir algoritmo de criptografia embutido, em conformidade com a FIPS 140-2 e Common Criteria Certification, sem necessidade de geração de arquivo intermediário, com as seguintes características:
 - a) Autenticação do usuário;



Ministério da Educação
Secretaria Executiva

Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

- b) Certificado X.509 para autenticação;
- c) Suporte a SSL/TSL;
- d) Criptografia de dados para, no mínimo, os seguintes padrões: DES, 3DES, AES Epgp;
- e) Lista de revogação de certificados.
- Possuir capacidade para recebimento de conexões, autenticação do usuário via LDAP ou MS-AD, e realização de upload e download a partir de diretório especificado;
- Possibilitar a integração a plataformas voltadas para transformação de dados, com suporte a ferramentas de BPM (Business Process Management), WEB Services e ambiente Java;
- Possuir capacidade de gerenciamento das transferências em andamento, o que permitirá as seguintes funcionalidades:
- Visibilidade do processamento do arquivo transmitido, através dos servidores de transferência dentro na rede, permitindo o cancelamento ou interrupção do arquivo;
- Mostrar as propriedades dos servidores a serem gerenciados, como, por exemplo, licenciamento e versão do produto;
- Recuperar informações sobre processos ativos e completados;
- Suspende, resumir e deletar processos;
- Definir parâmetros de segurança e funções dos usuários;
- Permitir a criação de regras que caracterizam um evento e uma ação a ser tomada quando um evento qualquer ocorre, como por exemplo: uma transferência falha ou atrasa, um servidor de transferência está fora, etc;
- Monitorar e gerenciar de forma centralizada, pró-ativamente e com SLA da solução de File Transfer a ser adquirido e de transferências via FTP;
- Enviar alertas e notificações para falhas de processos ou processos não completados em tempo (gerenciamento pró-ativo);
- Fornecer Discovery para topologia;
- Fornecer interface SNMP para ferramentas de monitoração;
- Gerar alertas ou e-mails de notificação, e permitir o envio de comandos aos servidores;
- Monitorar atividades de transferência de arquivos, como, por exemplo: Servidores, erros de transmissão, protocolos;
- Definir regras sobre o que é um evento e qual ação tomar quando o mesmo ocorrer;
- Consolidar e normalizar as transferências de arquivos e os dados processados de todos os servidores gerenciados dentro de uma base SQL;
- Registrar em log todas as informações (eventos) referentes a cada processo de transferência de arquivo, possibilitando a obtenção de informações sobre usuário, data/hora e quantidade de bytes transferidos por arquivo;
- Gerar relatórios por pelo menos: atividades completadas, erros ocorridos, planejamento de capacidade e segurança.

4.2 Do Serviço de Consultoria/Mentoring:

Tendo em vista o histórico de demandas do MEC, a CONTRATADA deverá prover ainda um pacote de, no mínimo, 10 (dez) horas de serviços agregados de Consultoria/Mentoring – a serem utilizadas conforme necessidade do Contratante, sob demanda.

Este serviço será demandado, pelo CONTRATANTE, por meio de Ordens de Serviço / Chamados específicos para cada necessidade, até o limite do volume total de horas contratadas. O serviço de consultoria compreende, de forma não exaustiva, as seguintes atividades:

- a) Orientação técnica sobre uso, configuração e instalação dos produtos cobertos pela aquisição;
- b) Utilização da estrutura de pesquisa em base de conhecimento de solução de problemas e documentos técnicos da IBM;
- c) Orientações para identificar a causa de uma falha de software;
- d) Para os casos de defeitos de software conhecidos, devem ser fornecidas as informações sobre a correção ou a própria correção;
- e) Orientação para solução de problemas de “performance” e “tunning” das configurações dos produtos;
- f) Orientação quanto às melhores práticas para implementação de novas funcionalidades dos produtos de software;
- g) Apoio na recuperação de ambientes em caso de panes ou perda de dados, recuperação de configurações e reinstalação;
- h) Apoio para execução de procedimentos de atualização para novas versões dos produtos de software instalados;
- i) Apoio técnico para reconfiguração da solução em função de alteração/melhoria da arquitetura da infraestrutura;
- j) Apoio para elaboração de estratégias da melhor arquitetura do ambiente de transferência de arquivos;
- k) Projeto e proposição de soluções para atender as necessidades de evolução e ampliação do ambiente de transferência de arquivos;



Ministério da Educação
Secretaria Executiva

Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

- l) Apoio na definição de métricas para avaliação do ambiente de transferência;
- m) Apoio na elaboração de estratégias de gerenciamento do ambiente de transferência;
- n) Apoio na otimização e automação de scripts do ambiente de transferência;
- o) Elaboração de documentação técnica referente as atividades de orientação técnica desenvolvidas.
- As Ordens de Serviço deverão ser executadas de acordo com planejamento realizado pela Contratante em conjunto com a CONTRATADA, obedecendo o cronograma estabelecido. Para a prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os seguintes canais de atendimento para abertura das Ordens de Serviço:
 - a) Website e telefone (0800) ou Website e Call Center.
 - b) Cada solicitação deverá conter, no mínimo, o registro das informações abaixo:
 - c) Número do chamado (abertura da OS);
 - d) Número da Ordem de Serviço;
 - e) Identificação do atendente;
 - f) Identificação do solicitante;
 - g) Data e hora da solicitação;
 - h) Descrição da demanda.
- Os registros de solicitação de serviços poderão ser realizados em horário comercial (9:00 às 18:00 horas), de segunda a sexta-feira.
- Os serviços solicitados serão realizados em horário comercial (9:00 às 18:00 horas), de segunda a sexta-feira, poderão ser realizados em finais de semana e feriados a depender da demanda e solicitação do Contratante.
- Concluída a realização dos serviços solicitados na OS (Ordem de Serviço), a CONTRATADA deverá comunicar este fato formalmente à CONTRATANTE. O MEC terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da formalização da conclusão, para realizar a avaliação das entregas e validar o consumo de horas, de acordo com:
 - a) A documentação técnica entregue (o modelo e as informações que devem compor o relatório de execução das atividades serão previamente acordados entre as partes);
 - b) O atingimento dos resultados já estipulados;
 - c) A disponibilização dos entregáveis.
 - d) Após o MEC finalizar a avaliação das entregas e a validação do consumo de horas, atestando que o serviço foi realizado em conformidade com o solicitado, a mesma emitirá o documento de aceite da respectiva OS (Ordem de Serviço).
 - e) Além da CONTRATADA ser remunerada somente pelos serviços efetivamente solicitados e nos volumes executados, o presente modelo de contratação é baseado na qualidade dos serviços prestados. Os Níveis Mínimos de Serviços prestados serão estabelecidos e devem ser cumpridos pela CONTRATADA;
 - f) A aplicação de ajustes ou retenção nas Ordens de Serviço - OS, em decorrência do não atingimento de níveis mínimos de serviços exigidos, não impedem a aplicação de Sanções Administrativas.
 - g) As glosas e ajustes no faturamento da CONTRATADA serão aplicadas ao valor de cada Ordem de Serviço - OS, caso não sejam atingidas as metas e condições estabelecidas, conforme tabela abaixo:

Nº	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	% DE SUPRESSÃO NO VALOR DA OS
1	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, ou sem a autorização da CONTRATANTE, o atendimento de Ordens de Serviço de Consultoria.	Por ocorrência	10%
2	Atrasar entregas, cronogramas e deixar de cumprir prazos acordados nas Ordens de Serviço	Por ocorrência	5%
3	Causar qualquer indisponibilidade dos serviços da contratante por motivo de dolo ou culpa na execução de atividades operacionais.	Por ocorrência	30%
4	Implementar funcionalidades técnicas das soluções que presta consultoria de forma incorreta ou com configuração que cause incidentes ou problemas nos serviços de TI da CONTRATANTE	Por ocorrência	30%
5	Perder dados ou informações da CONTRATANTE por erros na operação, sem prejuízo das sanções administrativas, conforme legislação vigente.	Por ocorrência	50%
6	Deixar de recomendar à CONTRATANTE, boas práticas das soluções, visando a automação de procedimentos de operação, melhorias de procedimentos operacionais, garantia da qualidade e disponibilidade dos serviços de TI.	Por ocorrência	10%



Ministério da Educação
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

7	Deixar de emitir os relatórios e os entregáveis após execução dos serviços de cada Ordem de Serviço	Por ocorrência	30%
8	Entregar produto, relatório, documento ou qualquer solicitação de informações feita pela CONTRATANTE com informações imprecisas ou incompletas	Por produto	5%

5. DAS RESPONSABILIDADES

5.1 Das responsabilidades do CONTRATANTE:

São responsabilidades do Ministério da Educação, como órgão CONTRATANTE:

- Disponibilizar para a equipe técnica da CONTRATADA os recursos necessários para cumprimento do objeto do Contrato;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- Encaminhar formalmente as demandas de serviços, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;
- Comunicar à CONTRATADA o registro de eventuais ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas durante o atendimento, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas;
- Receber o objeto prestado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- Efetuar o pagamento ajustado, de acordo com as cláusulas contratuais;
- Rejeitar os produtos e/ou a prestação dos serviços que estejam em desacordo às especificações constantes neste Termo de Referência;
- Nomear gestor/agente fiscalizador do contrato, que será responsável pela fiscalização e controle da execução dos serviços ou fornecimento;
- Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA;
- Realizar reunião de inicialização da contratação com a CONTRATADA;
- Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- A definição do ambiente tecnológico (on premise, nuvem privada, nuvem pública, entre outras) a ser utilizada na solução será exclusivamente do CONTRATANTE.

5.2 Das responsabilidades da CONTRATADA:

São responsabilidades da CONTRATADA:

- Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições estabelecidas no contrato e em seus anexos;
- Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- Executar fielmente o contrato, em conformidade com as cláusulas acordadas e normas estabelecidas na legislação e suas alterações posteriores;
- Comunicar tempestivamente à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade com os produtos entregues ou que foram ofertados, tais como mudanças de tecnologias, descontinuidade de versões, entre outros, que possam impactar os objetivos da CONTRATANTE, prestando os esclarecimentos que se fizerem necessários;
- Comunicar tempestivamente à CONTRATANTE, por escrito, quaisquer anormalidades que ponham em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de entregas, de produtos e serviços, propondo as ações corretivas necessárias;
- Manter, e apresentar se solicitado pela CONTRATANTE, todas as condições de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista que ensejaram sua contratação, devidamente atualizadas, durante toda a vigência do contrato, sob a pena de retenção de pagamentos, até sua regularização, sem ônus para a CONTRATANTE, bem como a aplicação das demais penalidades;
- Providenciar que seus contratados portem documento de identificação quando da execução do objeto à CONTRATANTE;
- Abster de veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.
- Apresentar o Gestor Técnico, que será o contato junto aos Gestores da CONTRATANTE para execução dos serviços. O Gestor Técnico deverá possuir vínculo contratual com a CONTRATADA, podendo também ser Sócio ou Dirigente da empresa, sendo que nesse caso a comprovação será realizada mediante a apresentação do estatuto ou contrato social;
- Todos os aplicativos e serviços que serão disponibilizados, objetos deste Termo de Referência, deverão estar nas versões mais recentes existentes no mercado nacional, em língua portuguesa, ou, na inexistência desta, em língua inglesa;
- Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;



Ministério da Educação
Secretaria Executiva

Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

- l) Reparar todos os danos e prejuízos que comprovadamente sejam de sua responsabilidade bem como por erros ou falhas na execução ou administração do Contrato, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;
- m) Fornecer à sua equipe técnica todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;
- n) Manter sigilo de todos os dados ou informações da CONTRATANTE obtidas em função da execução dos serviços;
- o) Apresentar a CONTRATANTE, sempre que exigido pela equipe de fiscalização do contrato, relatórios e outros documentos inerentes à execução dos serviços;
- p) Cumprir, durante a execução do Contrato, as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que entrarem em vigor, sendo a única responsável pelas infrações cometidas, convencionando-se desde já, que o CONTRATANTE poderá descontar de qualquer crédito da CONTRATADA a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza que venha efetuar por imposição legal;
- q) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- r) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;
- s) Corrigir quaisquer falhas verificadas na execução do objeto, sem qualquer ônus adicional, cumprindo todas as determinações do CONTRATANTE;
- t) Designar um profissional responsável para atuar como preposto perante o CONTRATANTE para assuntos relativos à execução dos serviços contratados;
- u) Participar de reuniões, presenciais nos endereços do CONTRATANTE ou por videoconferência, sempre que convocado;
- v) Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa em relação ao objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas na prestação dos serviços;
- w) Não efetuar a compilação reversa, montagem reversa ou engenharia reversa de qualquer programa aplicativo do CONTRATANTE ou de terceiros a que venha ter acesso por força do serviço;
- x) Devolver, impreterivelmente, ao término do CONTRATO, ou a qualquer tempo a pedido do MEC, todos os documentos que o CONTRATANTE tenha fornecido. Notificar o CONTRATANTE, por escrito, quaisquer fatos que possam pôr em risco a execução do presente objeto.
- y) Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo relatórios e documentação técnica à Administração;
- z) Abster-se de utilizar na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do art. 7º, do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal. É considerado familiar, nos termos do art. 2º, inc. III, do Decreto nº 7.203/2010, o cônjuge, companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1 Formalização e vigência do contrato

6.1.1 Da vigência contratual

A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses não sendo permitido sua prorrogação.

6.1.2 Do reajuste de preços

Os preços são fixos e irrevogáveis.

6.1.3 Das alterações contratuais

Nos termos da legislação em vigor, durante a fase de execução da prestação dos serviços o CONTRATO poderá ser alterado, desde que justificadamente, na forma prevista no art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021. As alterações contratuais devem ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, que deverá ser submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE.

Considerando os termos do art. 25, da Lei nº 14.133, de 2021, nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, não poderão transfigurar o objeto da contratação.



6.2 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

O adjudicatário prestará GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do Contrato e por 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de (i) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO; e (ii) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do CONTRATO; Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria. O garantidor não é parte legítima para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA (cfe. IN nº 05/2017).

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo CONTRATANTE, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

No caso de alteração do valor do CONTRATO ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria. Será considerada extinta a garantia (i) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e (ii) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do CONTRATO, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017. A CONTRATADA autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste TERMO DE REFERÊNCIA e no CONTRATO.

6.3 PRAZOS, LOCAL E HORÁRIO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços de Reinstalação e Atualização da Solução deverão ser realizados em até 05 (cinco) dias, após a emissão da Ordem de Serviço, e, concluídos no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

Os serviços de consultoria serão realizados sob demanda, por meio de emissão de Ordem de Serviço. Os serviços deverão ser prestados no Ministério da Educação – MEC – Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo II, 1º andar, na Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, Brasília – DF, durante o horário regulamentar de funcionamento do Ministério, das 8h às 20h, em dia útil.

6.4 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

Os serviços objeto da contratação serão acompanhados e auditados por profissionais do MEC, que se certificarão do atendimento dos objetivos definidos e a conformidade com as normas e melhores práticas pertinentes.

O objeto deste Termo de Referência será dado como recebido de acordo com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, neste caso, no que couber, mediante termos de aceite.

I. Termo de Recebimento Provisório

- a) O recebimento provisório será realizado pelo FISCAL TÉCNICO do CONTRATO quando da entrega do OBJETO resultante de cada ORDEM DE SERVIÇO e consiste na emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO que, por sua vez, consiste na "declaração formal de que os serviços foram prestados ou os bens foram entregues, para posterior análise das conformidades e qualidades baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação, de acordo com o artigo 117 da Lei 14.133/2021 (art. 33 da Instrução Normativa nº 01/2019/SGD).

II. Termo de Recebimento Definitivo

- a) Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE, mediante termo, em até 5 (cinco) dias úteis da emissão do Termo de Recebimento Provisório, pelo(s) servidor(es) responsável(eis) designado(s) pelo MEC, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
- b) O referido prazo pode ficar suspenso, ou mesmo ser prorrogado, em eventual discordância das condições de prestação e validação, de modo que a CONTRATADA faça os ajustes necessários de correção, ou apresente as justificativas pertinentes a avaliação realizada.



Ministério da Educação
Secretaria Executiva

Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

- c) O Gestor do Contrato emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO referente à Ordem de Serviços concluída. Isso ocorrerá após avaliação de conformidade das condições de entrega e validação.
- d) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da prestação dos serviços, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos em Lei.
- e) Observando de forma complementar o disposto na alínea “c” do inciso II do art. 50 da IN nº 05/SEGES/MPDG, de 26/05/2017, quando houver glosa parcial dos serviços, o GESTOR deverá comunicar a CONTRATADA para que emita a(s) NOTA(S) FISCAL(IS) com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado pela Administração.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A execução do Contrato, nos termos do § 1º, do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será acompanhada e fiscalizada por um ou mais servidores da STIC/MEC, especificamente designados mediante Portaria, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e atestará as notas fiscais/faturas apresentadas, para fins de pagamento.

Para o acompanhamento e fiscalização do contrato serão utilizadas as disposições contidas na IN SLTI/MPOG nº 01/2019 e suas alterações, bem como, subsidiariamente, as disposições contidas na IN SLTI/MPOG nº 05/2017.

Caberá aos fiscais do contrato, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

As decisões e providências que ultrapassem as competências dos Fiscais deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil, para a adoção das medidas que se fizerem necessárias.

A Administração, devidamente representada na forma legal, poderá rejeitar no todo ou em parte os serviços contratados, sem ônus para o MEC, se executado em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, bem como em contrato e na proposta comercial.

O fiscal técnico apresentará ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

A empresa CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, sendo ao MEC reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual, mediante servidores designados para este fim.

O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 137 a 139, da Lei nº 14.133/21.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

7.1 DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE FATURAMENTO

Os serviços objeto desta contratação serão solicitados por Ordens de Serviços (OS), emitidas e autorizadas conforme necessidade da CONTRATANTE.

Somente serão faturadas as Ordens de Serviços efetivamente executadas, após avaliação de conformidade das condições de entrega dos serviços e validação pela CONTRATANTE.



Ministério da Educação
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

7.2 DAS CONDIÇÕES E PRAZO PARA PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente nacional, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da CONTRATADA, até o 10º (décimo) dia útil, após apresentação de Nota Fiscal, atestada pela Administração, na forma e prazo estabelecido neste Termo de Referência.

A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

Os serviços serão recebidos provisoriamente pelos servidores responsáveis pelo MEC, para acompanhamento e fiscalização, no prazo de até 2 (dois) dias úteis da entrega do serviço;

No prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento provisório, os serviços serão avaliados pela Equipe de Fiscalização do Contrato e posteriormente o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos serviços prestados; e

Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste instrumento.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/365 \times EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;



Ministério da Educação
Secretaria Executiva

Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela em atraso.

7.3 DA PROPRIEDADE, SIGILO E SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES

A CONTRATADA deverá manter sigilo em relação aos dados, informações ou documentos que tomar conhecimento em decorrência da prestação dos serviços objeto desta contratação, bem como se submeter às orientações e normas internas de segurança da informação vigentes, devendo orientar seus empregados e/ou prepostos nesse sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

Os profissionais envolvidos na prestação do serviço deverão tomar conhecimento dos normativos da CONTRATANTE que regulamentam os aspectos de segurança da informação e de utilização dos recursos de Tecnologia da Informação.

7.4 DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os serviços deverão ser prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

A CONTRATADA deverá cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

A CONTRATADA deverá cumprir, no que couber, as exigências do art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços.

8. DAS SANÇÕES

Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - a. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do inciso I, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos incisos I e XII;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos incisos II a VII, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6



Ministério da Educação
Secretaria Executiva

Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

(seis) anos, nos casos dos incisos VIII a XII, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

9. ESTIMATIVA DE PREÇOS

A estimativa de preço da contratação foi realizada pela EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO para elaboração do orçamento detalhado, composta por preços unitários e fundamentada em PESQUISA DE PREÇOS realizada em conformidade com os procedimentos administrativos estabelecidos na Instrução Normativa SGD/ME nº 01/2019, e suas atualizações.

Grupo	Item	Descrição do item	Unidade	CATSER	CNAE	Qtde	Valores Estimados (Em Reais/Por item)	
							UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
1	1	IBM Sterling Connect:Direct Premium Edition Processor Value Unit (PVU) Annual SW Subscription & Support Renewal, Partnumber : E0BXLLL 210 licenças, contemplando o Serviço de Suporte de 10 (dez) horas pelo período de 12 (doze) meses.	Unidade	27502	6203-1/00	1	R\$15.019,30	R\$15.019,30
Valor Global Estimado:							R\$15.019,30	

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A adequação orçamentária e o cronograma físico-financeiro contêm a estimativa do impacto econômico-financeiro no orçamento do órgão ou entidade, com indicação das fontes de recurso e o cronograma de execução física e financeira, contendo o detalhamento das etapas ou fases da Solução a ser contratada, com os principais serviços ou bens que a compõe, e a previsão de desembolso para cada uma delas:



Ministério da Educação
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

ORÇAMENTO DETALHADO

Unidade Orçamentária: 260101 – Ministério da Educação – Administração Direta
Programa: 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo
Ação: 2000 – Administração da Unidade
Plano Orçamentário: 001 – Administração da Tecnologia da Informação e Comunicação
Plano Interno: VKK01N0100N

11. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1 Natureza dos Serviços

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, constituindo-se em “serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios” à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, não envolvem a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; não são considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias; e não estão relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção.

11.2 Regime de execução

Trata-se de contratação para execução indireta de serviços que será realizada pelo regime de “empreitada por preço unitário”, onde se contrata a execução de um serviço por preço certo de unidades determinadas (XXVIII, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021).

11.3 Modalidade, tipo e critério de julgamento

Considerando o interesse público, em virtude da necessidade de atendimento da demanda e da redução de custos administrativos e burocráticos com a realização de procedimentos de contratação, haja vista que a demanda se enquadra plenamente nas hipóteses legais, e considerando o valor estimado da contratação, será aplicada a hipótese de dispensa de licitação prevista no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

11.4 Qualificação Técnica

A CONTRATADA, caso não seja a fabricante dos produtos e licenciamentos, objeto deste Termo de Referência, deverá apresentar declaração que está autorizada pelo Fabricante a comercializar e distribuir tais produtos e licenciamentos, que detém capacidade técnica para a prestação dos serviços de suporte técnico e que é integrante do programa de parceria oficial do fabricante para os produtos objeto deste Termo de Referência.

A CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para a qual a empresa proponente tenha prestado ou esteja prestando serviços similares aos ora licitados.

São condições para a habilitação técnica: a empresa licitante deverá comprovar possuir qualificação técnica para fornecimento do objeto, sendo que, para isso, deverá apresentar atestado(s), em papel timbrado ou identificado com o carimbo padronizado do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a proponente executado ou estar executando, a contento, fornecimentos de natureza e vulto similar e compatível em no mínimo 50% (cinquenta por cento) do estimado nesta contratação.

O CONTRATANTE se reserva ao direito de solicitar os contratos e/ou projetos referentes aos atestados apresentados pela proponente. Documentos eletrônicos somente serão aceitos se comprovada sua autenticidade.

11.5 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

Não serão aceitos preços irrisórios e/ou inexequíveis, cabendo à Administração a faculdade de promover verificações, através de pedido de esclarecimentos, apresentação de documentações complementares ou por meio de diligências necessárias, na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/21.



12. DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 DO ENCERRAMENTO CONTRATUAL

Ao término do CONTRATO, seja por decurso de vigência ou por rescisão antecipada, a CONTRATADA fica obrigada a promover atividades de encerramento contratual, adotando um plano de transição final, com transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, capacitando, se solicitado, os técnicos do CONTRATANTE ou os da nova pessoa jurídica que continuará a execução dos serviços, sem ônus adicional ao CONTRATO.

Após o término do CONTRATO, a contratada deverá retirar todo e qualquer bem de que seja proprietária e que, eventualmente, esteja alocado nas instalações do CONTRATANTE, assim como providenciar a devolução de recursos que lhe tenham sido eventualmente cedidos pelo CONTRATANTE e, quando for o caso, a desinstalação de recursos de software de sua propriedade mantidos no ambiente do CONTRATANTE.

12.2 DA APLICAÇÃO DE DIREITOS DE PREFERÊNCIA

Nos termos da legislação vigente, conforme previsão em TERMO DE REFERÊNCIA, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação definidos pela Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

12.3 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do CONTRATO.

12.4 DOS CASOS OMISSOS

Em nenhuma hipótese os LICITANTES e/ou a futura CONTRATADA poderão alegar o desconhecimento das condições para a perfeita compreensão do objeto, o cumprimento das exigências de habilitação e/ou a integral execução contratual nos termos previstos neste instrumento, em seus encartes e no CONTRATO. O CONTRATANTE reserva para si o direito de corrigir eventuais erros de digitação, compilação ou transcrição de informações concernentes a esse documento e a seus anexos.

13. Aprovação

Em conformidade com a legislação vigente, o presente TERMO DE REFERÊNCIA foi elaborado pela GERÊNCIA DE PROJETOS, AQUISIÇÕES E CONTRATOS DE TIC em harmonia com a legislação e aprovado pela autoridade competente.

Brasília/DF, 31 de janeiro de 2023.

GERÊNCIA DE GOVERNANÇA, PROJETOS E AQUISIÇÕES DE TIC

ATÍLIO EMANUEL DE SALES SOUZA
Gerente de Projetos – Substituto

SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

DELSON PEREIRA DA SILVA
Subsecretário de Tecnologia da Informação e Comunicação – Substituto

APÊNDICE 01

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ÓRGÃO/UASG: Ministério da Educação – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (UASG 150002)

OBJETO: Contratação de subscrição do software IBM Sterling Connect Direct, com suporte técnico e consultoria, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

Grupo	Item	Descrição do item	Unidade	Qtde estimada	Valores estimados (Em Reais/Por item)	
					UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
1	1	Pacote com 210 licenças do software IBM Sterling Connect:Direct Premium Edition Processor Value Unit (PVU) Annual SW Subscription & Support Renewal, Partnumber E0BXLL, incluindo serviços agregados de suporte técnico e 10 (dez) horas de consultoria especializada, pelo período de 12 (doze) meses.	Unidade (licença anual)	1	R\$	R\$

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA:

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço Completo

CEP:

Fone/Fax:

E-mail:

DADOS BANCÁRIOS:

Agência:

Conta Corrente:

Banco:

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ARP/CONTRATO:

Nome Completo (sem abreviaturas):

CPF:

IDENTIDADE / ÓRGÃO EXPEDITOR:

Cargo / Função:

Endereço Completo:

Cidade / UF:

CEP:

Demais condições:

- Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento deste Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente contratação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços.
- Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis.
- Esta empresa atesta a não aplicação da prática do "registro de oportunidade" para o objeto ofertado na presente proposta comercial, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, art. 3º, caput e nos termos do Acórdão-TCU 928/2020-Plenário.

Local e data: _____, _____ de _____ de 2023.

Razão Social e CNPJ da Empresa Proponente

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

Prazo de validade da proposta: (.....) dias, contados da data limite estipulada para a apresentação.

INSTRUÇÕES:

1. A descrição e a disposição de itens da proposta de preços devem obedecer ao padrão proposto.
2. Os valores correspondentes a cada item devem ser informados em separado, considerando seus preços unitários e totais (por item).
3. Devem ser apresentados os documentos necessários e suficientes para a comprovação do atendimento aos critérios técnicos de habilitação.
4. Conforme súmula TCU 254/2010 o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) não devem constar da composição de preços da proposta.
5. À proposta é necessário juntar cópia dos principais documentos da empresa (alteração contratual ou procuração) e do responsável (documento de identidade, CPF ou CNH).
6. A proposta deve ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

APÊNDICE 02 MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO E/OU FORNECIMENTO

ORDEM DE SERVIÇO E/OU FORNECIMENTO DE BENS

1. IDENTIFICAÇÃO

Nº IDENTIFICADOR DA OSFB:

Nº CONTRATO:

EMPRESA CONTRATADA / CNPJ:

OBJETO DO CONTRATO:

GESTOR DO CONTRATO:
[caput art. 32 da IN 01/2019/SGD]

NOME:

E-MAIL:

TELFONE:

MATRÍCULA:

REQUISITANTE:
[Inc. IV do art. 32 da IN 01/2019/SGD]

NOME:

E-MAIL:

TELFONE:

MATRÍCULA:

2. ESPECIFICAÇÃO DOS BENS E/OU SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR TOTAL
------	-----------	-----	------	-------------

VALOR TOTAL ESTIMADO:

3. CRONOGRAMA

GRUPO/ITEM	PRAZO (EM DIAS)	DATA INÍCIO	DATA ENTREGA
------------	-----------------	-------------	--------------

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

5. CIÊNCIA DA CONTRATADA

PREPOSTO DA CONTRATADA:
[art. 32 da IN 01/2019/SGD]

NOME:

E-MAIL:

TELFONE:

CPF:

BRASÍLIA/DF, XX DE XXXX DE 20XX.

APÊNDICE 03 TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Pelo presente instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º <nº do contrato> doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1. OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

- a) **INFORMAÇÃO:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.
- b) **INFORMAÇÃO SIGILOSA:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.
- c) **CONTRATO PRINCIPAL:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3. DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4. DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6. VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretirável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7. PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetar os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9. FORO

A CONTRATANTE elege o foro da cidade de BRASÍLIA/DF, Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10. ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>	<hr/> <div><Nome> Matrícula: xxxxxxxx</div>

TESTEMUNHAS	
<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>	<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>

Brasília/DF, ____ de _____ de 2023.

APÊNDICE 04 TERMO DE CIÊNCIA INDIVIDUAL DE SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA INDIVIDUAL DO COMPROMISSO DE SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO

Nº DO CONTRATO:

EMPRESA CONTRATADA / CNPJ:

OBJETO RESUMIDO:

VIGÊNCIA CONTRATUAL:

TERMOS

O(s) funcionário(s) abaixo qualificado(s) declara(m) ter pleno conhecimento de sua(s) responsabilidade(s) no que concerne ao sigilo que deve ser mantido sobre as atividades desenvolvidas ou as ações realizadas no âmbito do Contrato Administrativo nº / , bem como sobre todas as informações que eventualmente ou por força de sua(s) função(ões) venha(m) a tomar conhecimento, comprometendo-se a guardar o sigilo necessário nos termos da legislação vigente e a prestar total obediência às normas de segurança da informação vigentes no ambiente do CONTRATANTE ou que venham a ser implantadas a qualquer tempo por este; em conformidade com o TERMO DE COMPROMISSO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO firmado entre as partes.

OBSERVAÇÕES

Digite observações, se houverem.

DE ACORDO

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE CIÊNCIA é assinado pela(s) parte(s) declarante(s) em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Brasília (DF), / / .

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO(S) DECLARANTE(S)

Nome:	Assinatura:
Identidade:	
CPF:	
Função:	
Nome:	Assinatura:
Identidade:	
CPF:	
Função:	
Nome:	Assinatura:
Identidade:	
CPF:	
Função:	
Nome:	Assinatura:
Identidade:	
CPF:	
Função:	
Nome:	Assinatura:
Identidade:	
CPF:	
Função:	

Observação: Este termo deve ser impresso em papel timbrado da CONTRATADA.